

obra de Armando Silva Carvalho. Poeta das «fantasmagorias da metrópole» (p. 231), nos seus textos articula-se a temática amorosa com a crítica à hipocrisia do tempo urbano. Algo de semelhante ocorre na poesia de Assis Pacheco, subvertor da história que condena a barbárie humana segundo «o binómio memória/esquecimento», como salienta Mário César Lugarinho em ensaio sobre «As Poéticas do Tempo e a Guerra da África». Neste sentido, Alegre e Assis Pacheco podiam inscrever-se numa mesma vivência do poético à luz da «história [vívda como] um rotativo palco romanesco» (p. 239). Já em Llansol figura uma «escrita no ventre» que leva à explosão «luminosa da paixão da escrita» (p. 245) e nos oferece, segundo este ensaio, o «combate pelo drama-poesia».

*Poetas Que Interessam mais — Leituras da Poesia Portuguesa Pós-Pessoa* fica como um marco do ensaísmo sobre a poética da segunda metade do século xx. Pelo que seria ainda possível escrever sobre os poetas que foram objeto de reflexão, é plausível que outro volume de ensaios se justifique, pois é eclética e heteróclita a poesia que, hoje, continua a aventura iniciada por Pessoa, poeta, nestes poetas, vivo.

António Carlos Cortez

## LITERATURA E CIDADANIA NO SÉCULO XX ENSAIOS

Organização de Clara Rocha, Helena Carvalhão Buescu e Rosa Maria Goulart  
Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda / 2011

Sob a égide das comemorações do centenário da República, no módulo «República das Letras», *Literatura e Cidadania no Século XX* dá-nos a ver, segundo o olhar de vinte ensaístas, um século determinado

pela pulsão social e política da literatura portuguesa. Numa nota lapidar de apresentação, na contracapa do livro, as suas organizadoras explicitam a linha de rumo do volume: equacionar os modos como autores e movimentos literários foram interrogando e construindo a questão da cidadania, sendo esta «um dos lugares pelos quais a literatura se pensa a si própria». Não exploram as *nuances* semânticas e históricas dos termos convocados para o título, tão afeiçoados à modernidade artística e política ou se se quiser ao romantismo e à Revolução Francesa. Ao fazerem essa opção, abrem espaço à admirável diversidade e consistência deste conjunto de ensaios que em diacronia cobre os anos de Novecentos.

Aqui estão menos em causa as afinidades político-ideológicas dos escritores do que a reflexão sobre os meios específicos de que a literatura dispôs para se inscrever no político e inventar a «palavra capaz de dizer, elucidar e recolocar a complexidade e a contradição do mundo a que pertence» (p. 421), como defende Luís Mourão. Deste modo o diálogo entre o político e o literário não se circunscreve aos choques entre a pureza esteticista e a urgência ideológica da literatura empenhada. Desde logo, porque a matéria-prima da literatura, a linguagem, é marca da socialidade e da historicidade humanas. Depois porque ela não foge à codificação institucional, ao controle dos dispositivos linguísticos, inerentes à cultura escrita e à comunicação literária do livro. Finalmente porque, na obra em apreço, não interessa tanto (embora possa ser também o caso) a literatura ao serviço da cidadania mas antes a capacidade de ela inventar o lugar onde da cidadania que é a nação (portuguesa).

É segundo estes pressupostos que se desenha o arco temporal coberto por *Literatura e Cidadania no Século XX*: os seus pólos fixam as datas de 1910 e 1974, tendo

pelo meio um longuíssimo hiato de castração da cidadania, em que, segundo Cardoso Pires, coube à literatura o papel de «reducto pertinaz da resistência cultural».

O ensaio de abertura de Eduardo Lourenço sobre o «fantasma histórico-mítico da República» (p. 13) é uma espécie de propulsor do livro<sup>1</sup> que vai avançando no tempo e nas ligações entre a literatura e o sonho de liberdade cívica de que a República foi inspiração forte a abrir o século xx. Os estudos de Fernando Guimarães («A Renascença Portuguesa»), de Paula Morão («As Letras da República») e em parte de Clara Rocha («O Memorialismo») fazem a cartografia minuciosa da literatura que acompanhou intensamente o eclodir republicano ou que dele deixou memória crítica e afetiva.

Quando analisa a genealogia do republicanismo, a sua simbólica modernizadora e a sua jacobina matriz francesa, Lourenço dá-o provocatoriamente como uma «ausência» (p. 9), pela sua debilidade programática e pelo incumprimento do seu projeto de democratização. No seu entender, esse traço fantasmático persistiu quando o republicanismo se fez legado para diversos matizes da oposição antissalazarista, como uma «mitologia cultural e poética não-Estado Novo ou anti-Estado Novo» (p. 16). Provam-no as comemorações reprimidas do 5 de Outubro ou os congressos republicanos, mesmo se, é preciso dizê-lo, a República dividiu hostes dentro da própria ditadura e se os anos 30-40 viram a reconstituição do campo intelectual português (e respetiva demarcação da experiência republicana), sob o impulso da cultura de inspiração marxista.

O ensaio-pórtico de Eduardo Lourenço antecipa duas linhas orientadoras, uma metodológica, outra conceptual, que se projetam sobre o conjunto dos ensaios. A primeira consiste na ideia de que o século xx começa sempre no século xix.

No fundo segue-se o princípio de que só se apreende a historicidade do literário de acordo com uma representação não unidirecional e linear do tempo, porque portadora das continuidades, metamorfoses, ruturas e intermitências do processo histórico naquele domínio. Saliento três ensaios onde esse princípio é nítido.

Para Helena Buescu, a longa construção da obra de Junqueiro, mais combativa ou mais metafísica e panteísta, assumiu um tom e uma dicção proféticas: no seu todo, ela levou o autor de *Pátria* à condição de «antimoderno dentro da modernidade e, paradoxalmente, é também por isso que arautos da modernidade, como Pessoa, podem aceitá-lo como figura de mediação» (p. 72).

José Carlos Seabra Pereira, por seu lado, estuda os antecedentes, a parentela e os herdeiros do projeto cultural republicano da *Seara Nova*, cujo «modelo de racionalidade crítica, de moderna cidadania e de demopédia elitária» (p. 247) remonta ao nacionalismo cultural romântico e à Geração de 70, assim como converge com a Renascença Portuguesa e a revista *A Águia* para depois delas se afastar, dado o messianismo lusíada que Teixeira de Pascoaes lhes imprime. Mais tarde, se o cruzamento foi escasso com os modernismos e sazonal com o neorrealismo, a *Seara Nova* terá descendência em revistas como *O Tempo e o Modo* (dos anos 60), *Critério* (anos 70) e *Raiz & Utopia* (anos 70/80).

Por último, Osvaldo Silvestre identifica os ascendentes do humor na literatura contemporânea, de Miguéis, passando por O'Neill, Sena e os surrealistas até Mário de Carvalho, Manuel da Silva Ramos ou Adília Lopes. São eles a foz onde desaguam os afluentes de Camilo e Eça (ao lado de Ramalho, em *As Farpas*, importa lembrar): de um lado, o humor de intenção reformadora da identidade e das enfermidades pátrias, «coopad[o] pela

imprensa, a ponto de o idioma e o humor queirosianos se terem naturalizado na escrita jornalística portuguesa por todo o século xx» (p. 343); do outro, o humor camiliano que regressa como referência à ficção portuguesa sempre que as questões da identidade e da reforma do corpo político regridem, com uma ideia mais «desobrigada de literatura» (p. 341), já que mais apostada na desconstrução metaficcional do romance.

A segunda linha orientadora do livro, anunciada por Eduardo Lourenço, é a centralidade sistemática da literatura no campo cultural do século xx, na herança do século que o antecede. Os termos em que o afirma são perentórios: «Os nossos 'míticos' momentos de sobressalto cultural parcialmente críticos do nosso estatuto tradicional são de ordem exclusivamente literária, com efeitos pedagógicos» (p. 11). Lourenço tem em mente a construção romântica da nação portuguesa, «a sua existência como história e na história» (p. 12), cujos pais fundadores são Garrett e Herculano, e que o republicanismo prossegue, em simbiose com o ideário iluminista da razão e do progresso.

Já Luís Mourão situa o problema no período em que o 25 de Abril muda o estatuto do literário no campo cultural português, por força da liberdade de imprensa e de investigação nas ciências sociais e humanas. Claro que, nesse momento maior da nossa vida coletiva, a literatura foi «um homólogo da própria invenção de uma sociedade em liberdade» (p. 421), desconstruindo o romance e inventando linguagens novas para falar de um país transfigurado. Isabel Pires de Lima vai no mesmo sentido, quando identifica várias escritoras que tornaram audível a sua voz e reclamaram a sua identidade (nomeadamente sexual), no meio da exuberante manifestação de vezes que foi a Revolução dos Cravos. E mais perto

de nós, é Rosa Maria Martelo quem o sublinha, a poesia contemporânea (de Herberto Helder, Alberto Pimenta ou Manuel Gusmão) continua a firmar o seu posicionamento cívico com um «discurso indócil» (p. 359) face ao esvaziamento da linguagem fabricado pela comunicação massificada. Só que, para trás de 1974, no quase meio século salazarista, a literatura teve muito maior relevo; assumiu não raro um carácter supletivo do que não se podia dizer abertamente no espaço político e nesse seu caminho não foram poucas as vezes em que foi questionada quanto à especificidade do seu exercício artístico. É nesse âmbito que se insere a marca documental de muita prosa dos meados do século, na forma da crónica jornalística ou num romance-reportagem etnográfico como *Gaibéus* (1939), de Alves Redol.

A este propósito é inevitável sublinhar o estudo que Carlos Reis dedica à literatura neorrealista, salientando o seu circuito comunicativo e as limitações de cidadania a ele impostas. Nas suas palavras, tal literatura emerge «enquanto instrumento de afirmação de responsabilidades cívicas e exercício de direitos e deveres do cidadão-escritor, [sendo] marcada por interdições, por contradições e até por excessos que não foram exclusivos dos adversários políticos do movimento» (p. 317). De dentro do movimento (que teve expressão em diversos domínios artísticos e culturais), os rigores doutrinários sobre a arte empenhada fizeram-se sentir de forma aguda mas, como também o provam Manuel da Fonseca ou Carlos de Oliveira, nem a prática poética e (sobretudo) romanesca se vergou necessariamente ao dogmatismo teórico-crítico, nem incorreu por força no descaso pela arte literária. Tanto assim foi que deixou os seus frutos, mesmo esgotada a fase ativa do seu projeto comum, no limiar dos anos 60. Não por acaso Manuel Gusmão trata a fase pós-neo-realista de

Carlos de Oliveira, no poema «Descrição da Guerra em Guernica» (1971), onde reconhece uma poética de «testemunho e participação» (p. 211) também porque é poderosa e insistente a figura do *anjo camponês* e da sua memória milenarmente insubmissa e silenciada.

A plêiade de ensaístas reunidos em *Literatura e Cidadania no Século XX* desafia-nos a interrogar as «vicissitudes, retrocessos e conseguintes», para citar a nota das organizadoras, de escritores que tomaram partido pela escrita nos assuntos da *pólis*. Ganham por isso notoriedade as figuras do *homem de letras* ou do *cidadão-escritor* com que se identifica o friso de autores estudados nos capítulos III e IV do livro: Junqueiro, Brandão, Pascoaes, Aquilino, Gomes Ferreira, Miguéis, Torga, Carlos de Oliveira ou Manuel Alegre.

Não se esgota naqueles nomes ou sequer no diálogo entre literatura e cidadania a realidade ampla e complexa da literatura portuguesa desta conjuntura. Ainda assim, seria impossível falar dela com propriedade sem ter em conta o ascenso do papel social do escritor, constrangido pela longa opressão das liberdades cívicas, pela fragilidade das estruturas culturais e literárias e pelo isolamento em relação à esmagadora maioria dos seus concidadãos, privados do acesso à escola e aos bens culturais. Ao longo do século xx foi contínuo e contraditório o diálogo entre literatura e política; dele resultaram formas díspares de inventar literariamente a comunidade chamada Portugal: seja na busca de linguagens novas que dissessem a História e até do que na aparência é invisível e mudo na sociedade; seja na vontade de chegar sem peias aos leitores, a ponto de fazer da literatura um espaço de partilha democrática e emancipatória dos indivíduos.

Carina Infante do Carmo

#### NOTA

<sup>1</sup> Este texto tem função similar em *Literatura Portuguesa e a Construção do Passado e do Futuro*, coordenado por Helena Buescu e Teresa Cristina Cerdeira (Caleidoscópio, 2011), onde é reproduzido a abrir o volume.

#### POÉTIQUE DE L'ÉCRITURE D'UNE EXPÉRIENCE DE GUERRE LA LITTÉRATURE POSTCOLONIALE EN LANGUE PORTUGAISE

Coordenação de Olinda Kleiman, Anne-Marie Pascal e Philippe Rousseau

Publications de l'Université de Saint-Étienne / 2010

As comunicações que tiveram lugar em 15 e 17 de março de 2007, nas Universidades de Lyon 2 e de Lille 3, no quadro das atividades do Centro de pesquisa LCE — Langues et Cultures Étrangères — e dos Centros de Língua portuguesa do Instituto Camões que funcionam nestas Universidades, deram origem ao presente volume. Aqui se reúne um conjunto de oito ensaios de investigadores franceses e portugueses, precedidos de um prefácio, escrito pelos coordenadores da obra, sobre as literaturas da guerra colonial em língua portuguesa, num jogo duplo de olhares, «regards sur soi et regards croisés, du Portugal sur l'Afrique, de l'Afrique sur le Portugal» (p. 7).

Apresentando e justificando a obra, o prefácio constitui um texto ensaístico de minuciosa e sistemática análise do conceito de escrita da guerra colonial/guerra de libertação de povos, amplamente documentado com citações dos oito artigos que analisam obras de autores-guerrilheiros, como Carlos Vale Ferraz, Manuel Alegre, João de Melo, Fernando Assis Pacheco, António Lobo Antunes, Pepetela, ou dos que estiveram na retaguarda da guerra, as mulheres dos oficiais, como Lídia Jorge, num diálogo fecundo que se deseja mais amplo, em trabalhos futuros, com um con-